

## Primitivismo contumaz

MARCELO DE PAIVA ABREU\*

O amadurecimento científico da área de economia no Brasil, nos últimos 70 anos, tem sido um processo lento e complexo. Por muitas décadas, fora casos excepcionais em que o autodidatismo jogou papel quase sempre crucial, o treinamento dos economistas careceu de bases científicas sólidas. Em tempos heróicos predominou a improvisação. A partir da década de 60, alunos brasileiros começaram a ser aceitos em Departamentos de Economia de universidades de primeira linha no exterior, não apenas nos Estados Unidos, mas também em universidades européias prestigiosas. Foi o retorno desses doutores que permitiu a consolidação da pós-graduação em Economia no País, a partir do início da década de 70, com a rápida expansão de programas de mestrado.

A acumulação de uma massa crítica de doutores viabilizou a criação de cursos de doutorado no País a partir dos anos 80. Coroando o processo, tem havido lenta e seletiva disseminação do “modelo” que amadureceu nas melhores universidades no exterior em relação aos critérios que devem orientar o recrutamento de novos professores e assegurar que a sua produção científica seja competitiva internacionalmente. É um processo difícil e complexo que envolve esforços de adequação às condições nacionais e que ainda enfrenta grandes obstáculos, dada a estrutura arcaica das instituições universitárias brasileiras.

Em determinados nichos da burocracia federal, em particular na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), prosperou nos últimos anos a idéia de que a consolidação da pós-graduação deveria necessariamente levar à “substituição de importação” de doutores, e que este princípio deveria ter peso importante na definição da política de pós-graduação do País. A despeito dessa política obscurantista, que se manifesta em diversas decisões do órgão, subsiste um fluxo substancial de estudantes brasileiros que optam - após o mestrado no Brasil e com financiamento das instituições de destino - por fazer doutorado em departamentos de alta qualidade no exterior, especialmente nos Estados Unidos. Ou seja, tem sido possível, até agora, conter boa parte dos danos causados por políticas equivocadas em relação à pós-graduação. Mas há, agora, indícios alarmantes de que a situação pode ser agravada. Em entrevista ao jornal *O Globo* em 24/11, o presidente da Capes, Jorge Guimarães, perpetrou o seguinte comentário: “Neste quadro que estamos vivendo hoje, a pergunta em relação à formação de estudantes na área de economia é se nós vamos continuar a mandar alunos para formar doutores num modelo que faliu o mundo? Nós temos de perguntar a nossa área de economia o que eles vão nos dizer agora. Nós vamos mandar fazer onde? Vai ser no mesmo modelo? Esse modelo se mostrou totalmente anticientífico, para dizer o mínimo.” Traduzido para a língua pátria, isso quer dizer: já que a atual crise econômica teve origem nos Estados Unidos, a Capes deve parar de conceder bolsas para estudantes aceitos em programas de doutorado em Economia nos Estados Unidos.

A afirmação não é apenas sectária, é falsa e rudimentar. Falsa porque a ação da Capes, já antes da crise, era marcada por notória relutância em relação ao financiamento de alunos de doutorado de Economia nos Estados Unidos. Mas o que mais impressiona na afirmação é o primitivismo da relação causal que sugere. A presunção de causa e efeito é simplesmente estapafúrdia. A comunidade acadêmica norte-americana na área de economia continua a ser, com ou sem crise, o centro de referência mundial. E os economistas acadêmicos nos Estados Unidos constituem um conjunto bem mais diversificado do que consegue perceber o presidente da Capes. Não se deve confundir Wall Street com Harvard Square.

O mais preocupante é que o autor é reincidente quando se trata de comentários ineptos ou inconvenientes a respeito da pós-graduação na área de economia. Em visita à PUC-RJ, em maio de 2005, permitiu-se, diante de dezenas de professores, censura sem pé nem cabeça à área de economia como um todo. Segundo afirmou na ocasião, nenhuma outra área teria feito tão mal ao País, porque dela se originaram os responsáveis por cortes orçamentários que afetaram a área de ciência e tecnologia, incluindo a pós-graduação.

Felizmente, existem leituras alternativas sobre a avaliação do papel dos economistas formados no exterior, em particular nos Estados Unidos, na concepção e implementação da política econômica no País. O sucesso do Plano Real - a despeito dos solavancos de 1999 e 2002 - e os bons resultados econômicos obtidos pelo governo Lula desde então se devem em boa parte à qualidade de economistas formados nos Estados Unidos com financiamento da Capes. É surpreendente que a Capes, em vez de comemorar os excelentes resultados obtidos com seus investimentos na formação de economistas no exterior, insista na crítica sectária e inconsequente.

Ao longo dos últimos anos, o presidente Lula tem ressaltado quão essenciais foram os resultados da política econômica para assegurar o sucesso do seu governo. É difícil imaginar que o presidente tenha grandes dúvidas quanto à atribuição dos méritos pelo sucesso. Se as coisas de governo no Brasil se passassem como em outras partes do mundo, nas quais já houve efetivo amadurecimento institucional, estaria na hora de pensar em entregar a alguém menos primitivo assunto tão sério quanto políticas públicas relativas à pós-graduação. Mas talvez seja ingenuidade excessiva pensar que isso seja de fato possível. E la nave vâ.

**\*Marcelo de Paiva Abreu, Ph.D. em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio**